UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS - RIO CLARO

LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ISABELA DA SILVA MAGALHÃES

INTENCIONALIDADE NO TRABALHO PEDAGÓGICO: POSSIBILIDADES PARA A GARANTIA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Rio Claro - SP
2024

ISABELA DA SILVA MAGALHÃES

INTENCIONALIDADE NO TRABALHO PEDAGÓGICO: POSSIBILIDADES PARA A GARANTIA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Profª Dra. Débora Cristina Fonseca

Rio Claro - SP
2024

M188i

Magalhães, Isabela da Silva
Intencionalidade no trabalho pedagógico : possibilidades para a garantia de uma educação inclusiva / Isabela da Silva Magalhães. -- Rio Claro, 2024
50 p.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Rio Claro
Orientadora: Débora Cristina Fonseca

1. Educação inclusiva. 2. Educação especial. 3. Intencionalidade. 4. Professores. 5. Educação para todos. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

ISABELA DA SILVA MAGALHÃES

INTENCIONALIDADE NO TRABALHO PEDAGÓGICO: POSSIBILIDADES PARA A GARANTIA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Débora Cristina Fonseca
Prof. Dra. Flávia Medeiros Sarti
Prof. Dra. Raquel Fontes Borghi

Aprovado em: 08 de novembro de 2024

gov.br Documento assinado digitalmente
ISABELA DA SILVA MAGALHAES
Data: 05/12/2024 16:59:36-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Assinatura do discente

Debora Cristina Fonseca:15974299884
Assinado de forma digital por Debora Cristina Fonseca:15974299884
Dados: 2024.12.06 08:28:36 -03'00'

Assinatura do(a) orientador(a)

Dedico este trabalho aos meus pais Luciene e Djalma, a quem agradeço eternamente às bases que me deram para ser quem hoje me tornei.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Deus, por me proporcionar forças e graças para realizar o meu primeiro feito autoral de conclusão de um sonho que tanto almejei, a minha graduação de Licenciatura Plena em Pedagogia. Foram quatros e longos anos trilhados com muitos aprendizados, e acredito que sem a graça do Pai Celestial, não teria sido o mesmo.

Sou muito grata também à minha família, em especial a minha mãe Luciene dos Santos Magalhães e ao meu pai Djalma da Silva, que me proporcionaram apoio em tantos momentos imensuráveis, sobretudo me consolando nas dificuldades que apareciam no meu caminho. Sem o suporte de Deus Pai Celestial e de meus pais, tenho a certeza que nada disso seria possível, então, sou grata incondicionalmente por tudo o que proporcionaram para mim.

Grata também ao meu irmão Matheus da Silva Magalhães, que nem faz ideia do quanto as suas brincadeiras, conversas e risadas me motivaram a continuar com os meus propósitos. Sou muito agradecida por todos os nossos momentos juntos, e espero que ele também tenha sucesso em sua carreira profissional o tanto quanto se dedica pela sua família e objetivos.

Grata excepcionalmente à professora Débora Cristina Fonseca, que desde a sua primeira aula me cativou com os seus ensinamentos e aceitou ser orientadora na presente pesquisa. Sem as suas orientações e sua atenciosidade, nada disso seria possível. Espero um dia me tornar uma professora-pesquisadora como ela, que sempre ressaltou em suas aulas e pesquisas a importância de um olhar humanizado e transformador para a educação.

Grata pelas parcerias que me acompanham desde o meu ingresso na universidade, em especial à Maria, Raissa, Julia, Juliete, Clara e Letícia, que tornaram os meus dias mais leves e divertidos.

A todos que participaram de forma direta ou indireta nesta etapa tão importante da minha vida, os meus sinceros agradecimentos.

“Inclusão, educação, justiça.
Diversidade, diferenças, respeito.
Convivência, tolerância, paz.
Palavras soltas que, conectadas e incorporadas à nossa vida,
resultam num mundo melhor” Joseli Barros ([2005-2024]).

RESUMO

Em busca de uma educação mais democrática, as discussões no que tangem a educação inclusiva têm sido cada vez mais necessárias. Neste sentido, o objetivo desta pesquisa em específico, foi analisar como o ensino intencional contribui para a aprendizagem de todos estudantes da educação básica, incluindo o público da educação especial, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em prol de evidenciar as contribuições de uma educação emancipatória e inclusiva. Uma prática docente que esteja respaldada em garantir a aprendizagem de todos os educandos, considerando as distintas singularidades que estão presentes durante todo o processo de ensino e aprendizagem, possibilita para que o acesso à educação seja enfim garantido de forma eficaz. Esta pesquisa teve caráter qualitativo e bibliográfico, e utilizou-se a Análise de Conteúdo de Bardin (1977) como método de análise. Para esta pesquisa, a coleta de dados consistiu no levantamento de produções bibliográficas que abordam sobre a Educação inclusiva e Intencionalidade na plataforma *Scientific Electronic Library Online* (Scielo). Os dados foram organizados em seis categorias, considerando as temáticas mais emergentes abordadas nos artigos selecionados. Os resultados encontrados foram de 11 artigos, sendo que todos estes estudos em questão abordam diretamente sobre a Educação Inclusiva e Políticas Públicas no cenário educacional. Outras categorias também foram recorrentes, como: Intencionalidade no Ensino com 9 artigos que se enquadram na categoria, Formação de professores com 10, Motivação dos professores com 7 e Perspectiva do aluno com deficiência com apenas 1. Após a seleção e aprofundamento da leitura dos 11 artigos selecionados, ficou em evidência a existente evasão escolar no que se refere a disponibilização de recursos e adaptações necessárias para atender adequadamente a todas as crianças da rede pública. Cabe às esferas sociais, principalmente no que tange ao papel do Estado, proporcionar recursos, capacitações iniciais e continuadas condizentes com as novas demandas educacionais aos profissionais da área da educação, e oferecer assistências necessárias para a mobilização de uma educação que assegure a aprendizagem de todos, contemplando a priori a diversidade que está fortemente presente nas últimas décadas.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Educação para todos; Intencionalidade; Professores.

ABSTRACT

In search of a more democratic education, discussions regarding inclusive education have become increasingly necessary. In this sense, the specific objective of this research was to analyze how intentional teaching contributes to the learning of all students in basic education, including the special education public, particularly in the early years of elementary school, with the aim of highlighting the contributions of an emancipatory and inclusive education. A teaching practice that is grounded in ensuring the learning of all students, considering the distinct singularities present throughout the teaching and learning process, enables access to education to be effectively guaranteed. This research had a qualitative and bibliographic nature, and used Bardin's (1977) Content Analysis as the analysis method. For this search, data collection consisted of surveying bibliographic productions that address Inclusive Education and Intentionality on the *Scientific Electronic Library Online* (Scielo) platform. The data were organized into six categories, considering the most prominent themes discussed in the selected articles. The results revealed 11 articles, all of which directly address Inclusive Education and Public Policies in the educational landscape. Other recurring categories included: Intentionality in Teaching with 9 articles fitting this category, Teacher Training with 10, Teacher Motivation with 7, and Perspectives of Students with Disabilities with just 1. After selecting and deepening the reading of the 11 chosen articles, it became evident that there is a significant school dropout rate concerning the provision of necessary resources and adaptations to adequately meet the needs of all children in the public school system. It is the responsibility of social spheres, particularly regarding the role of the State, to provide resources and initial and ongoing training that align with the new educational demands for professionals in the education sector, as well as to offer the necessary support to mobilize an education that ensures the learning of all, prioritizing the diversity that has been strongly present in recent decades.

Keywords: Inclusive Education; Education for all; Intentionality; Teachers.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Artigos Selecionados e Categorias Emergentes.....28

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Temáticas conceituais predominantes.....	31
Gráfico 2 - Ano de publicação.....	32
Gráfico 3 - Estudos predominantes por Estados.....	33

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 11
2 OBJETIVOS..... 14
2.1 Objetivo Geral..... 14
2.2 Objetivos Específicos..... 14
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... 15
4 DIREITO À EDUCAÇÃO..... 17
4.1 Desafios da Educação Inclusiva na Contemporaneidade..... 20
4.1.1 O papel do educador..... 22
4.1.2 Intencionalidade, Concepção de criança e a BNCC..... 24
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO..... 27
5.1 Educação Inclusiva..... 34
5.1.1 Intencionalidade no Ensino..... 35
5.1.2 Políticas Públicas..... 37
5.1.3 Formação de Professores..... 39
5.1.4 Motivação dos professores..... 40
5.1.5 Percepção da criança com deficiência..... 42
5.2 Discussão..... 43
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 46
REFERÊNCIAS..... 48

1 INTRODUÇÃO

Ao adentrar-se na temática referente à educação intencional, torna-se importante ressaltar que, ao professor da educação básica é imprescindível assumir a responsabilidade de exercer o papel de um profissional que considere a existência das diferentes necessidades das crianças enquanto sujeitos em contínuo desenvolvimento.

De acordo com Castro e Reis (2020) é notório que existem distintos níveis de aprendizagem em sala de aula, aspecto este que provém justamente de uma ampla diversidade histórico-cultural e social.

Ademais, a inclusão de alunos com deficiências físicas e intelectuais no contexto educacional também vêm sendo cada vez mais recorrente desde que a Declaração de Salamanca (1994) foi assinada e constituiu-se a obrigatoriedade de todos os alunos, sejam estes com necessidades especiais ou não, a frequentarem as escolas regulares. Legislação esta que teve um marco histórico e político-social imprescindível para uma educação democrática.

Considerando esta realidade educacional, a intencionalidade como base educativa é capaz de promover a existência de um trabalho pedagógico que seja capaz de contemplar a aprendizagem e este desenvolvimento integral de todos os indivíduos em sala de aula, sem distinção.

A intencionalidade no contexto educacional trata-se de uma educação cujos princípios de ensino estão focados em garantir a aprendizagem de todos os alunos, considerando toda diversidade que se faz presente. É necessário destacar que, agir com intencionalidade é agir de forma consciente, planejada e criativa.

> Em outras palavras, é preciso perceber a criança como um sujeito que tem suas leituras de mundo, suas percepções de vida, e que precisa ser mediada de forma coerente, para que desenvolva uma formação emancipada e autorreflexiva (Saito; Oliveira, 2018, p. 3).

Partindo do pressuposto de intencionalidade como uma educação cujos princípios de ensino estão focados em garantir a aprendizagem de todos os alunos, o professor, em sua prática pedagogicamente estruturada, deverá pensar todas as suas ações de forma reflexiva, contribuindo para uma educação inclusiva, que problematiza e favoreça para que os alunos se interessem e participem cada vez mais pelos conteúdos e atividades propostas.

Por outro lado, o trabalho pedagógico em prol da educação inclusiva tem sido um grande desafio. De acordo com Freitas (2004), o que se passa na área da educação é também

resultado da falta de conscientização e reflexão crítica dos professores sobre as práticas pedagógicas que estão sendo exercidas em sala de aula. Isto contribui para a inexistente inclusão e o precário acolhimento às diversidades presentes em sala de aula.

Considerando o exposto, reafirma-se a necessidade de reflexão sobre a prática docente no ambiente escolar, a partir de um olhar docente sensível às especificidades e dificuldades presentes nesta realidade educativa, a fim de promover o desenvolvimento e formação integral dos alunos. Em outras palavras,

> É urgente educarmos nossas ações para uma atuação comprometida com o desenvolvimento integral da criança, de modo a mediar situações voltadas aos conceitos humanizadores do ensino, que são: criticidade, criatividade, expressividade, reflexão, etc (Saito; Oliveira, 2018, p. 2).

Freire (2002) destaca em seus estudos que a ausência da reflexão da prática pedagógica por parte do docente desencadeia uma resultante educação bancária, ou seja, uma educação tecnicista exagerada que visa somente a transmissão e a memorização de conteúdos.

Em suma, ao falar sobre o trabalho docente, é importante ressaltar que esta prática não envolve somente as técnicas utilizadas, mas também o espaço-tempo, as expectativas e as parcerias que circundam este profissional.

Freitas (2016) evidencia esta concepção destacando a complexidade que se faz presente ao considerar todos estes impactos sociais e culturais para o espaço ensinante. Fatores estes que também possuem um grande peso ao avaliar ou trabalhar com uma respectiva turma. A reflexão por parte do educador se faz amplamente importante em todos os aspectos, para que por conseguinte possíveis e adequadas intervenções, sejam realizadas.

Freire (2018, p. 92) destaca que "o trabalho do/a pedagogo/a ganha sentido na mobilização da práxis libertadora, uma práxis que, sendo reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade, é fonte de conhecimento reflexivo e criação". Assim, a justificativa desta pesquisa decorre da necessidade do ensino intencional ser adotado por todos os professores da educação básica, uma vez que essa prática é capaz de promover a aprendizagem integral e inclusiva de todos os estudantes. Almeida (2022) destaca que, não basta apenas dar ao estudante espaço em aula, é preciso acompanhá-lo no protagonismo dos caminhos do conhecimento.

Seguindo esta linha de raciocínio, é possível considerar que o professor é peça fundamental para todo o processo de ensino e aprendizagem. Desta forma, torna-se

necessário o seguinte questionamento: “A prática pedagógica adotada em sala de aula está promovendo a aprendizagem de todos os educandos ?”.

É papel do educador assumir a forma como conduzirá todo este processo de ensino-aprendizagem e como será sua dinâmica em sala de aula. Entretanto, para este planejamento é imprescindível reconhecer a individualidade de cada educando e os limites que se fazem presentes em uma determinada turma.

Saito e Oliveira (2018) afirmam a necessidade de existir de fato um compromisso docente, sendo este capaz de se respaldar pedagogicamente nas concepções críticas no que diz respeito ao considerar as crianças como sujeitos históricos e em formação, com diferentes percepções de mundo.

O professor precisa ser crítico, reflexivo, e ter em sua consciência a importância que a intencionalidade preside em todo o contexto escolar para a garantia de uma educação inclusiva. Imbert (2003, p. 27): “O movimento em direção ao saber e à consciência do formador não é outro senão o movimento de apropriação de si mesmo”.

Com base nestes aspectos, esta pesquisa teve como objetivo investigar como o ensino intencional contribui para a aprendizagem de todos estudantes da educação básica, em prol de evidenciar as contribuições de uma educação emancipatória e inclusiva, como forma de promover a aprendizagem de todos os alunos.

Para isto, a fundamentação do desenvolvimento desta pesquisa foi pautada na divisão do estudo em 3 seções. Na primeira seção, o Direito à Educação é elemento norteador para a compreensão conceitual da pesquisa e evidencia, através de distintas legislações e referenciais teóricos, a importância de uma educação para todos, bem como também apresenta outras temáticas que estão presentes ao considerar o direito à educação. Na seção subsequente, são apresentadas discussões concernentes a como a educação inclusiva está sendo mediada no país e como o processo de ensino se dá ao considerar que a diversidade está fortemente presente no século atual.

Por fim, na última seção que se refere às Considerações Finais, os resultados da pesquisa demonstraram que há muitas considerações e re-planejamentos que as esferas sociais, bem como o Estado, precisa assegurar para que a educação para todos seja de fato um direito plenamente exercido na sociedade.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- Investigar e analisar como o ensino intencional contribui para a aprendizagem de todos estudantes da educação básica, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em prol de evidenciar as contribuições de uma educação emancipatória e inclusiva.

2.2 Objetivos Específicos

- Analisar os principais desafios que surgem ao buscar uma educação inclusiva e intencional no contexto escolar, especificamente na contemporaneidade.
- Analisar o papel do educador no que diz respeito ao direito à aprendizagem de todas as crianças, na fase de alfabetização e anos iniciais do Ensino Fundamental, majoritariamente na rede pública.
- Evidenciar a importância e a necessidade da formação continuada de professores para uma educação de qualidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa teve caráter qualitativo, consistindo em um estudo exploratório de revisão bibliográfica. Desta forma, recorreu-se a **Análise de Conteúdo de Bardin (1977)** como método de análise para compreender o atual cenário educacional que se faz presente no país.

De acordo com Uwe Flick (2009) a escolha e a avaliação da qualidade da pesquisa atrai muita atenção, considerando este contexto, esta pesquisa bibliográfica e qualitativa utilizou-se de revisões de artigos bibliográficos de diversos autores que dissertam acerca da contribuição e desafios que se fazem existentes diante a tentativa de um ensino intencional para a educação inclusiva.

Para isso, o levantamento dos artigos analisados foram feitos através da plataforma Scientific Electronic Library Online (Scielo), utilizando-se os respectivos descritores: “Educação Inclusiva” and “Formação de professores” and “Escola”. Em suma, 17 resultados foram encontrados. Então, filtrou-se utilizando-se o recorte temporal de 2012-2023, de artigos publicados no Brasil e com o idioma português, além de delimitar-se utilizando as áreas temáticas: “Education”, “Educational”e “Scientific”. Desta forma, 11 resultados foram encontrados.

A princípio, optou-se por realizar este estudo utilizando-se somente a plataforma Scientific Electronic Library Online (Scielo), por apresentar mais artigos. Após esta coleta de dados na plataforma Scielo, realizou-se uma leitura dos artigos selecionados, tendo como base para a realização da pesquisa a Análise de Conteúdo de Bardin (1977). É um método sistemático de pesquisa, então, realizou-se uma pré-análise dos estudos selecionados, exploração dos materiais, tratamento dos resultados obtidos e por fim, uma interpretação dos dados.

Durante a pré-análise dos estudos, assim que os 11 artigos foram selecionados realizou-se a leitura aprofundada dos materiais coletados. Após, na fase de exploração dos materiais coletados, categorizou-se os estudos selecionados em um quadro, classificando em ordem de estudos mais antigos, para os recentes.

Para este quadro, após a leitura de todos os 11 artigos selecionados, classificou-se em categorias as temáticas mais abordadas e emergentes nestes estudos, sendo estas: 1) Educação Inclusiva, 2) Intencionalidade no Ensino, 3) Políticas públicas, 4) Formação de professores, 5) Motivação dos professores e 6) Percepção da criança com deficiência.

Por fim, o tratamento e interpretação dos estudos selecionados, foram pautados considerando os referenciais teóricos da presente pesquisa e a inferência dos levantamentos bibliográficos obtidos.

4 DIREITO À EDUCAÇÃO

Ao adentrar-se na temática referente às possibilidades para a garantia de uma educação inclusiva, torna-se primordial discorrer sobre o direito à educação, bem como destacar as políticas públicas que foram imprescindíveis para que o acesso à educação pudesse de fato de tornar universal para todas as crianças e adolescentes. No Brasil, a Carta Constitucional de 1988 consagrou-se como marco político que estabelece a educação como direito de todos, dever do Estado e da família:

> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Scaff e Pinto (2016, p. 416) ainda destacam em seus estudos que a Constituição de 1988 constitui o Brasil como um país democrático, pautado na cidadania, nos direitos de cada sujeito e no pluralismo político. Entretanto, ao considerar o direito à educação, observa-se que a realidade educacional ainda apresenta muitos aspectos a serem melhorados para a garantia de uma educação de qualidade.

Em consonância, o processo de inserção de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na educação básica vêm sendo cada vez mais gradativo desde a promulgação da Declaração de Salamanca de Princípios, Políticas e Práticas das Necessidades Educativas Especiais (1994), que decretou o acesso de crianças e adolescentes em salas de aulas regulares, mundialmente. Outra legislação que também teve importante marco histórico foi a Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, com a implantação de políticas educacionais inclusivas.

Duek (2014) ressalta que, mesmo com o crescente número de matrículas de alunos com deficiências físicas e intelectuais nas escolas, muitas discrepâncias estão presentes ao considerar os pressupostos evidenciados nas políticas públicas para a garantia de uma educação democrática e inclusiva. Fato este que pode ser observado ao considerar presente a carência de recursos adequados para assegurar o acesso à educação de todos os alunos, bem como a falta de formação de professores, por exemplo. O que se observa no atual cenário educacional é o fato do país ter atingido a universalização do ensino, porém, sem uma garantia de educação de qualidade para todos.

> Tornam-se visíveis, nesse contexto, as discrepâncias entre os pressupostos evidenciados nas políticas de educação inclusiva e a maneira como a escola se encontra estruturada. Ao que parece, essa instituição não tem conseguido acompanhar tamanhas transformações, apresentando resultados insatisfatórios frente às demandas do contexto socioeducativo atual (Duek, 2014, p. 21).

Desta forma, compreende-se que o desafio para a existência de uma escola inclusiva está centrado em necessidades de promulgação de ações que visem ampliar o que se entende a respeito da inclusão e necessidades destes sujeitos com necessidades físicas e/ou intelectuais. Assim sendo, uma educação que seja capaz de considerar todas as singularidades presentes no contexto escolar, possibilita ao docente exercer uma prática pedagógica intencional e fundamentada, visando proporcionar propósitos educativos e contemplativos a todos os seus alunos.

> Conceber uma educação voltada para todos, sem exceções ou distinções, está a exigir a construção de nova lógica escolar, que reconheça e valorize as diferenças, tirando partido destas em sala de aula. Nesse contexto, as escolas e seus professores são convocados a buscar soluções para os impasses que surgem no processo de ensino (Duek, 2014, p. 22).

Ademais, Toledo e Vitaliano (2012) ressaltam que a insegurança por parte do educador durante o processo de ensino em sala de aula poderá gerar desconfortos durante a prática pedagógica, isto se justifica pelo fato de até poucas décadas atrás as salas serem mais homogêneas e atualmente ser cada vez mais crescente o surgimento de novas demandas para atender as necessidades de cada educando.

Compreende-se a partir das legislações citadas que, o acesso à educação é um direito garantido por lei, contudo, é preciso que sua concretização seja de fato exercida. Em suma, o acesso à educação não está restrito somente à inserção de um respectivo aluno com deficiência física ou intelectual no ambiente escolar, mas, é preciso criar condições e possibilidades para uma educação de qualidade, sendo esta capaz de contemplar para o desenvolvimento íntegro de todos os educandos, principalmente aos que possuem necessidades especiais.

Candau (2012) discorre que o direito à educação, em um primeiro momento, teve seu significado desconexo de sua centralidade. De acordo com o autor, por via das vezes o direito à educação era concebido numa perspectiva de igualdade, no sentido de homogeneização do sistema educacional, sem considerar que as diferenças eram presentes.

Portanto, a partir da consolidação de políticas públicas, seu significado foi reiterado considerando a pluralidade destes sujeitos com necessidades especiais, para uma educação

inclusiva. É possível analisar, no entanto, os inúmeros percalços e desafios que foram enfrentados diante da luta para a existência de uma educação para todos, bem como a importância de políticas públicas e necessidade de participação de todas as esferas sociais para a garantia dos direitos destes sujeitos.

Todavia, considerando a educação como um direito garantido por lei, bem como as legislações expostas, é necessário destacar uma educação para todos aprofundando-se mais acerca da intencionalidade como parte fundamental do trabalho pedagógico em sala de aula. É notório que a realidade educacional no país ainda tem muitos aspectos a serem melhorados, ademais, ao repensar-se a práxis como ação libertadora, o professor deverá compreender que é peça fundamental para uma educação significativa e de qualidade, e que as diferenças estão presentes em todo o âmbito escolar.

Em suma, consequentemente o acolhimento às diversidades demandará repensar o processo de ensino e aprendizagem que está sendo adotado, seja na estrutura física, ou nas próprias práticas de ensino. Ressalta-se então a importância do docente reconhecer sua sala de aula e exigir da gestão escolar e instâncias maiores, suportes e recursos necessários para este processo de inclusão.

Neste sentido, a intencionalidade surge como uma possibilidade de adoção e reflexão de práticas pedagógicas que condizem com a diversidade presente em sala de aula, contemplando assim um compromisso profissional capaz de promover a aprendizagem de todos os alunos, de modo significativo.

Freitas (2008) reforça que a inclusão demanda um esforço de todas as esferas sociais, em prol de atuar efetivamente por uma educação inclusiva que considere a diversidade que se faz presente neste ambiente educacional. O educador(a), por sua vez, deverá atuar pedagogicamente considerando as demandas de cada indivíduo, de acordo com cada potencialidade e diferentes níveis de aprendizagens que se fazem presentes, por isso, destaca-se a importância da intencionalidade ao mediar diferentes estratégias pedagógicas em sala de aula, devendo estas se adequarem às necessidades de cada aluno e valorizar as diferenças que se fazem presentes.

4.1 Desafios da Educação Inclusiva na Contemporaneidade

De acordo com Rosa e Borges (2024, p. 1), por muito tempo as pessoas que tinham comportamentos habituais inesperados, eram excluídas da sociedade. As abordagens perante estes indivíduos era de cunho extremista e pautado fortemente no controle e medicalização.

Atualmente, com a institucionalização de novas políticas públicas e compreensão de todos como sujeitos de direitos assegurados por lei, muitos aspectos foram mudados, principalmente no que se refere ao direito e ao acesso à educação, partindo da concepção de uma educação que contemple todos os indivíduos sem distinção, considerando que todos possuem a capacidade de aprender, independente de suas particularidades físicas, intelectuais e/ou dentre outras.

Desta forma, compreende-se que uma educação inclusiva deverá pautar todo o processo de ensino e aprendizagem considerando uma prática educativa que seja capaz de contemplar as demandas e necessidades de cada educando, considerando que a diversidade se faz amplamente presente, principalmente no século XXI, em concordância com Duek (2014), que após tantas mobilizações observa-se crescente o número de matrículas de crianças com necessidades especiais no contexto escolar.

A educação inclusiva é de suma importância para abranger a diversidade que se faz presente de forma coletiva, acolhendo todos os alunos que possuem deficiências/ necessidades especiais, ou não, para o processo de aprendizagem.

Diante tantos séculos, é notório que a presença de indivíduos com deficiências no ensino regular ainda é um fato que percorre muitas resistências por variáveis fatores, principalmente ao considerar o papel e a execução das políticas públicas perante esta realidade. O que se observa é que, mesmo com a presença de muitas políticas e legislações que garantam o acesso destes indivíduos à educação, poucos recursos práticos se fazem presentes ao considerar o pleno trabalho do educador, e a aprendizagem destes educandos.

Discussão esta que leva a maior compreensão acerca do papel da escola frente à diversidade. De acordo com Macena et al. (2018), proporcionar uma educação de qualidade a todos os alunos da educação básica, especialmente os que possuem necessidades especiais, requer recorrer a novas alternativas de ensino, bem como repensar se a prática educativa em sala de aula está de fato contemplando para o aprendizado de todos os estudantes. Para isso, é de suma importância que este docente esteja amparado e recorra ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) , bem como a gestão da escola, para melhor mobilização de sua prática pedagógica em sala de aula.

O processo de inclusão vêm perpassando ao longo de muitas décadas, por inúmeros desafios. Vieira (2020), destaca em seus estudos que a inclusão escolar se conflita pelo fato dos currículos escolares estarem pautados em uma lógica de controle social, citando exemplos de avaliações em larga escala e um modelo de ensino já existente e enraizado por tantos anos. Por isso, destaca-se a importância da capacitação destes profissionais, em prol de ampliar o olhar frente às diferenças, e a possibilidade de adotar-se novas práticas de ensino. Para Meirieu (2002, 2005), investir na formação do professor tendo sua práxis educativa como mobilização de um aporte democratico, é possível se investir em um compromisso docente pontuado na educação para todos, de fato.

> Para Meirieu (2002), a pedagogia diferenciada reconhece que o acesso aos princípios fundamentais da cidadania por todos os alunos demanda a composição de itinerários didáticos mais específicos e comprometidos em tornar os conhecimentos acessíveis aos estudantes, sem, com isso, diferenciar para excluir ou "guetizar" e/ou adaptar atividades/estratégias de ensino para tornar o currículo mínimo aos alunos considerados também mínimos para muitas escolas (Vieira, 2020, p. 510).

Outro aspecto enraizado na sociedade é a existência de visões limitadas e estereotipadas sobre pessoas com deficiências e/ou necessidades especiais. Por muitos séculos, inclusive nos dias atuais, para além do e controle que era sobreposto sobre este grupo de pessoas, teve-se a concepção de que esta minoria não poderia socializar e ter a mesma capacidade de ensino-aprendizagem como as pessoas consideradas típicas.

Diante dos fatos expostos, compreende-se a necessidade de uma educação que considere a escola como um espaço acolhedor frente à ampla diversidade que se faz existente, sendo este como principal espaço para a mudança. Além disso, destaca-se ao decorrer desta pesquisa a importância e a possibilidade dos professores de toda a rede básica de ensino adotarem o ensino intencional em suas práticas plenamente exercidas, sendo esta capaz de abranger novas estratégias de ensino considerando a realidade presente neste contexto educacional.

4.1.1 O papel do educador

Partindo do pressuposto de que o docente possui papel crucial no que tange a garantia de uma educação inclusiva e para todos, é primordial que a educação avance para além do que apenas a inserção de alunos com necessidades especiais em salas de aulas regulares.

Tendo em vista todo o reconhecimento destes indivíduos como sujeitos de direitos que devem ser amplamente assegurados, o acesso à educação se constitui como aspecto que deve ser desenvolvido de forma íntegra pelo docente. Considerando que a diversidade se faz amplamente presente no contexto educacional nas últimas décadas, torna-se crucial o papel do professor em desenvolver práticas educativas e inovadoras, práticas estas que devem ser capazes de acolher as diferenças que se fazem presentes neste ambiente, juntamente com o apoio do AEE e gestão escolar, para melhor desenvolvimento do trabalho pedagógico durante todo o processo de ensino e aprendizagem.

Desta forma, para que o docente seja capaz de sempre considerar a prática exercida em sala de aula, a formação continuada se apresenta como elemento fundamental para atender a todas as especificidades de cada educando, de forma adequada.

Autores como Eliza Oliveira Lippe, Fabio de Souza Alves e Eder Pires de Camargo (2012) e Beauchamp (2002) dissertam ser primordial que a capacitação destes profissionais ocorra para além de uma formação e investimento individualizado, mas, que a formação continuada ocorra também nos momentos de Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), proporcionando que todos os professores regulares, bem como especialistas do AEE reflitam em conjunto sobre o processo de inclusão de forma contínua, como sua importância para a garantia de uma educação que se torne de fato inclusiva e acessível a todos.

É importante destacar que a participação de toda a comunidade escolar também é muito importante para a possibilidade de efetivação de uma educação intencional e inclusiva, possibilitando assim a construção de novas possibilidades de ação e maior rede de apoio, valorizando assim cada sujeito em sua singularidade, de forma plena. Assim, as estratégias a serem desenvolvidas pelos professores em sala de aula, poderão abranger cada demanda e necessidades dos alunos de forma adequada e significativa, a partir de um cunho emancipatório.

> As estratégias utilizadas pelos professores na escola e na sala de aula possibilitam o desenvolvimento do processo de inclusão escolar de crianças com deficiência levantando questões relacionadas ao envolvimento do docente com esse trabalho e à necessidade de equiparar oportunidades de acesso e aprendizagem para todos os alunos (Briant; Oliver, 2012, p. 142).

Em suma, estas estratégias devem estar inteiramente ligadas em promover a oportunidade de todos os alunos participarem das atividades propostas em sala de aula. Desta forma, o docente bem como toda a rede escolar, deverá promover ações de ensino e aprendizagem que favoreçam vivências significativas e acessíveis, considerando a diversidade presente neste cenário educacional.

Briant e Oliver (2012) ainda destacam em seus estudos que, a heterogeneidade presente em sala de aula, poderá ser um aspecto que cause insegurança e impeça para que o professor integre seu trabalho pedagógico/inclusivo de forma íntegra.

De modo geral, observa-se que é papel do professor promover ações que garantam uma educação inclusiva e para todos. Ademais, considerando o atual cenário, indica-se a importância da participação da comunidade escolar, bem como a cooperação entre pares para o favorecimento de uma educação inclusiva, que como o próprio nome diz, seja capaz de acolher as diferenças em sua pluralidade, cuja intencionalidade durante o processo de ensino e aprendizagem esteja fortemente presente em prol de garantir a aprendizagem de todos os alunos, através de estratégias e adaptações significativas. Neste sentido, reforça-se a importância políticas públicas efetivas, bem como a participação de toda a comunidade escolar em conjunto deste profissional, em prol de uma educação cujo viés emancipatório seja colaborativo tanto para o aluno, quanto para o professor em si.

Considerando a importância do papel do professor no que tange a sua responsabilidade de promover uma educação inclusiva e intencional frente a ampla diversidade que se faz presente, Philippe Meirieu (2002, 2005) *apud* Vieira (2020) ressalta que a formação continuada precisa ser compreendida para além da possibilidade de adquirir novos conhecimentos, mas também como possibilidade de crescimento pessoal e profissional.

Ao tratar desta ampla diversidade que se faz presente na sociedade e no contexto educacional, torna-se primordial a compreensão e a importância que o professor tem como mediador no cenário escolar. Este profissional, tem o papel imprescindível de promover o processo de ensino e aprendizagem como parte de uma educação para todos, partindo do pressuposto de que, mesmo com a ampla diversidade de alunos, todos possuem a capacidade de aprender em sua singularidade, rompendo-se assim com visões estereotipadas e limitadas sobre minorias.

Quando o professor é capaz de se permitir repensar a prática exercida em sala de aula, bem como ter um olhar mais aprofundado sobre as diferenças que se fazem existentes em sua sala de aula, o mesmo poderá melhor interligar a relação teórica em sua prática plenamente

exercida. “Esse é um caminho possível para se criar vínculos com abordagens teóricas que apontem as intrínsecas relações entre os conhecimentos, as pessoas, a sociedade e o desenvolvimento humano” (Vieira, 2020, p. 509).

4.1.2 Intencionalidade, Concepção de criança e a BNCC

Inicialmente, torna-se imprescindível evidenciar o papel que a escola desempenha enquanto espaço social e educativo, sendo esta essencial para acolher as diferenças que são presentes entre os sujeitos, como um ambiente que possibilita maior interação quanto a diversidade que se faz amplamente presente.

Pensando nestes aspectos, considera-se também a escola como espaço propício para a construção de uma educação inclusiva, cujos princípios devem estar respaldados em garantir a aprendizagem e participação de todos. Para isso, a prática educativa exercida neste ambiente social e educacional é primordial para a garantia de uma educação para todos.

Neste sentido, a intencionalidade surge como uma necessidade ao executar a prática educativa, considerando-se assim a existência de salas heterogêneas nas últimas décadas. Diante tantas possibilidades, é importante que o professor em sala de aula conheça bem a sua turma, e todos os obstáculos que podem impedir a execução favorável de uma determinada atividade ou vivência, tornando assim, a educação significativa para todos. De acordo com Feuerstein (2014) a intencionalidade é a concretização de ações planejadas e conscientes do educador, cujo objetivo é promover a aprendizagem de todos seus alunos.

Dentre tantas possibilidades, tendo os anos iniciais do Ensino Fundamental e da educação básica como foco deste estudo, destaca-se o potencial das brincadeiras e a importância de se estimular o lúdico para as crianças durante a realização das atividades, ou até mesmo durante a socialização, para maior inclusão em sala de aula.

Através dos jogos e brincadeiras, por exemplo, é possível desenvolver muitas habilidades cognitivas e sociais para todas as crianças, considerando suas limitações e quais aspectos pedagógicos podem aprimorar suas capacidades já presentes. Desta forma, tudo deverá ser pensado considerando as características de uma dada sala de aula, e por isto a importância da intencionalidade durante todo o trabalho pedagógico do professor.

Bueno (2010) ainda destaca em seus estudos ser imprescindível que profissionais da educação reconheçam o potencial que as ações pedagogicamente exercidas têm diante do processo de aprendizagem de uma criança, principalmente no que diz respeito à inclusão.

Assim, considerando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como mais um documento norteador para a infância além de tantos outros citados, esta base discorre que a criança é um ser social, que constitui-se de variáveis contextos prévios e históricos, além de possuir suas próprias particularidades. Este documento também promove direitos de aprendizagem, com base principal em: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, para o desenvolvimento íntegro e contínuo das crianças enquanto sujeitos em formação. Em suma, acrescenta-se que a intencionalidade exige que o docente tenha um olhar mais atento para toda a rotina e vivências em sala de aula. De acordo com a BNCC, a intencionalidade é a promoção de experiências que permitam às crianças conhecerem a si mesmas e ao outro.

Desta forma, para que de fato a prática pedagógica seja significativa, é preciso que a intencionalidade ocorra desde o planejamento, seja nos momentos de HTPC ou em momentos de Horas de Trabalho Pedagógico na Escola (HTPE). Em conjunto a este planejamento, é fundamental que o professor esteja munido de documentos legais que são indispensáveis para instruir o seu trabalho docente, e um destes documentos é a própria BNCC, sendo este orientador para os direitos de aprendizagem, experiências, competências e habilidades que devem ser devidamente desenvolvidas.

Diante destes aspectos e a atual realidade que se faz presente, observa-se que a educação inclusiva ainda está em construção e ainda tem longos trajetos a enfrentar para que a educação se torne de fato democrática, aspecto este que provém de variáveis problemáticas, sendo uma destas a existência de salas homogêneas até poucas décadas atrás, com isso, muitos professores ainda se baseiam em práticas tradicionais. A intencionalidade a ser adotada na prática pedagógica, portanto, é uma possibilidade possível de mudança desta realidade.

Uma educação acolhedora, juntamente com a ação de políticas públicas concretas, deverá proporcionar possibilidades e recursos essenciais para esta ação prática e intencional, de acordo com a realidade de uma respectiva comunidade. Devem também proporcionar adaptações, sejam estas físicas ou materiais, para pessoas que possuem deficiências físicas, auditiva, intelectual ou visual, no que tange o ambiente escolar.

Em decorrência, destaca-se nesta pesquisa ser primordial que os profissionais da área da educação tenham a conscientização de que, é através das ações concretas do fazer, pensar criticamente e brincar que torna-se possível promover o desenvolvimento pleno das crianças, enquanto sujeitos em formação.

Na educação inclusiva, não é diferente. Todas estas ações também são essenciais para a existência de uma sociedade mais justa e igualitária, em suas particularidades. Bueno (2010) ainda ressalta que a existência da educação inclusiva também promove maior humanização considerando todas as pessoas e crianças envolvidas em uma dada sala de aula. É convivendo com as diferenças que torna-se também possível romper com visões preconceituosas e capacitistas diante a diversidade que se faz presente.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são apresentados os resultados da revisão bibliográfica sistemática e discussão destes resultados através da **Análise de Conteúdo de Bardin (1977)**, como método de análise. Para melhor visualização dos dados obtidos na pesquisa realizada na plataforma Scientific Electronic Library Online (Scielo), dispôs-se os 11 resultados obtidos em um quadro.

Considera-se que as categorias "Educação Inclusiva" e "Intencionalidade no ensino" no **Quadro 1** como temáticas emergentes abordadas nos artigos selecionados, além de serem caracterizadas como temas centrais desta pesquisa. Entretanto, somente dois trabalhos de (número 7) e (número 10) não abordam diretamente sobre estas respectivas temáticas, porém, entende-se que as demais categorias do quadro que estes estudos abrangem não estão dissociadas dos objetivos centrais citados. Desta forma, estes dois trabalhos possuem maior foco e relevância nas demais categorias dispostas.

A partir dos dados dispostos no quadro 1, três gráficos foram criados: Um gráfico que evidencia a predominância das temáticas conceituais abordadas nos estudos selecionados **(Gráfico 1)**, outro apontando para a quantidade de pesquisas publicadas anualmente, considerando o recorte temporal dos últimos 11 anos **(Gráfico 2)**, e por fim, um gráfico de pizza **(Gráfico 3)** que apresenta a quantidade de pesquisas realizadas de acordo com cada região do Brasil.

Quadro 1 – Artigos Selecionados e Categorias Emergentes

Número do Artigo	Título	Ano de Publicação	Autores/as	Educação Inclusiva	Intencionalidade no Ensino	Políticas públicas	Formação de professores	Motivação dos professores	Percepção da criança com deficiência
1	Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações	2012	Maria Emília Pires Briant; Fátima Corrêa Oliver	X	X	X	X	X	
2	Formação de professores por meio de pesquisa colaborativa com vistas à inclusão de alunos com deficiência intelectual	2012	Elizabete Humai de Toledo; Célia Regina Vitaliano	X	X	X	X	X	
3	Análise do processo inclusivo em uma escola em Bauru: A voz de um aluno com deficiência visual	2012	Eliza Oliveira Lippe *et al.*	X	X	X	X	X	X

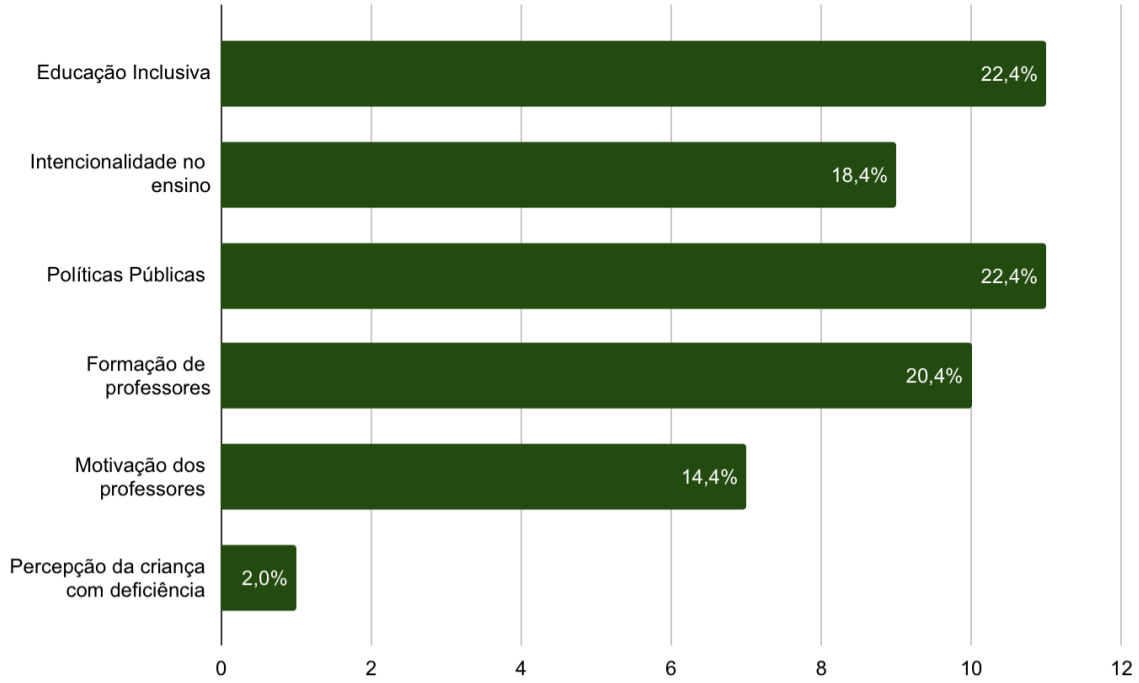
4	Concepções de professores sobre inclusão escolar e interações em ambiente inclusivo: uma revisão da literatura	2012	Kelly Ambrósio Silveira *et al.*	X	X	X	X	X	
5	Formação continuada: análise dos recursos e estratégias de ensino para a educação inclusiva sob a ótica docente	2014	Viviane Preichardt Duek	X	X	X	X	X	
6	Trajetória da formação de professores de ciências para educação inclusiva em Goiás, Brasil, sob a ótica de participantes de uma rede colaborativa	2015	Lidiane de Lemos Soares Pereira *et al.*	X	X	X	X		
7	Inclusão de Alunos com Deficiência nas Aulas de Educação Física: Atitudes de Professores nas Escolas Regulares	2018	Márcia Greguol *et al.*	X		X	X	X	

8	Política Educacional e Pedagógica da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Rede de Ensino Público de Manaus	2019	Julia Graziela Bernardino de Araújo Queiroz; Elaine Maria Bessa Rebello Guerreiro	X	X	X	X		
9	As contribuições de Meirieu para a formação continuada de professores e a adoção de práticas pedagógicas inclusivas	2020	Alexandro Braga Vieira *et al.*	X	X	X	X		
10	Formação continuada na perspectiva inclusiva pela via da pesquisa e extensão: as funções mediadoras da relação teoria e prática na constituição de grupos de estudo-reflexão	2023	Mariangela Lima de Almeida *et al.*	X		X			
11	A docência na Educação Infantil: Pontos e contrapontos de uma educação inclusiva	2023	Marta Regina Brostolin; Tânia Maria Filiu de Souza	X	X	X	X	X	

Fonte: Elaborado pela autora

Observando-se o **gráfico 1,** identifica-se que as temáticas que se referem a **Educação Inclusiva** e **Políticas Públicas**, são as mais abordadas em todos os 11 estudos selecionados.

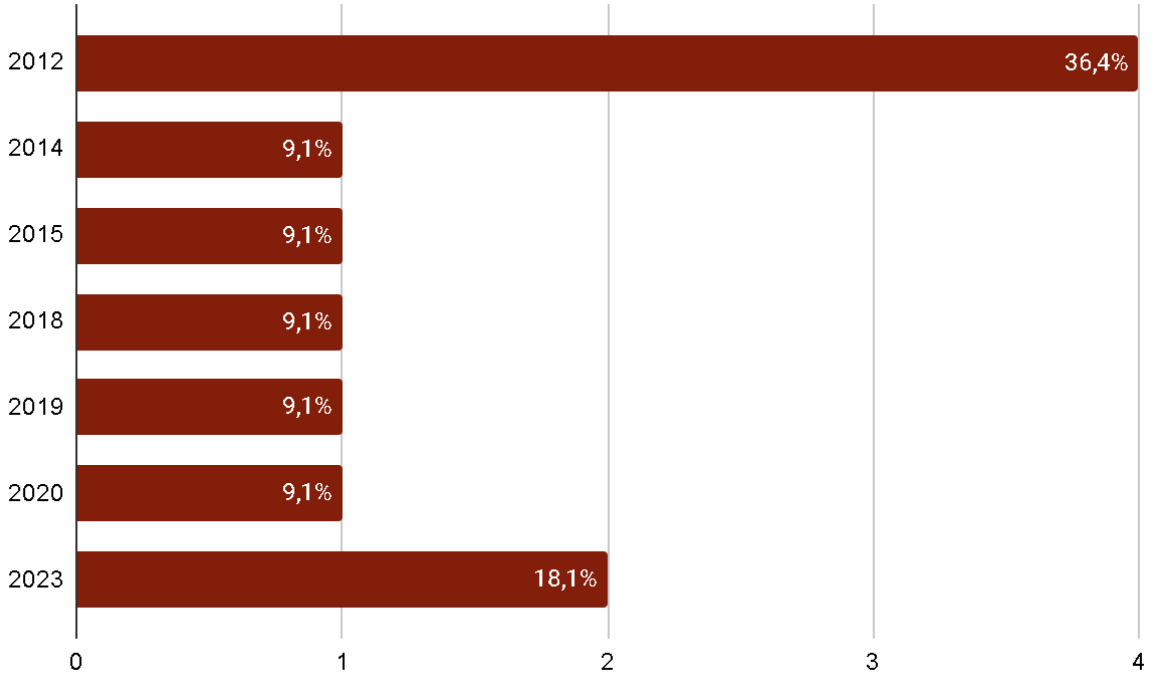
Gráfico 1 - Temáticas conceituais predominantes



Fonte: Elaborado pela autora

Em contrapartida, considerando o **gráfico 1**, no que tange a categoria **Perceção da criança com deficiência**, nota-se que apenas 1 estudo aborda sobre as vivências e desafios que um determinado aluno com deficiência física enfrenta diariamente, a partir de seus próprios relatos. Além de ser o único artigo que aborda diretamente sobre os percalços que pessoas com deficiências físicas enfrentam no contexto educacional.

Gráfico 2 - Ano de publicação

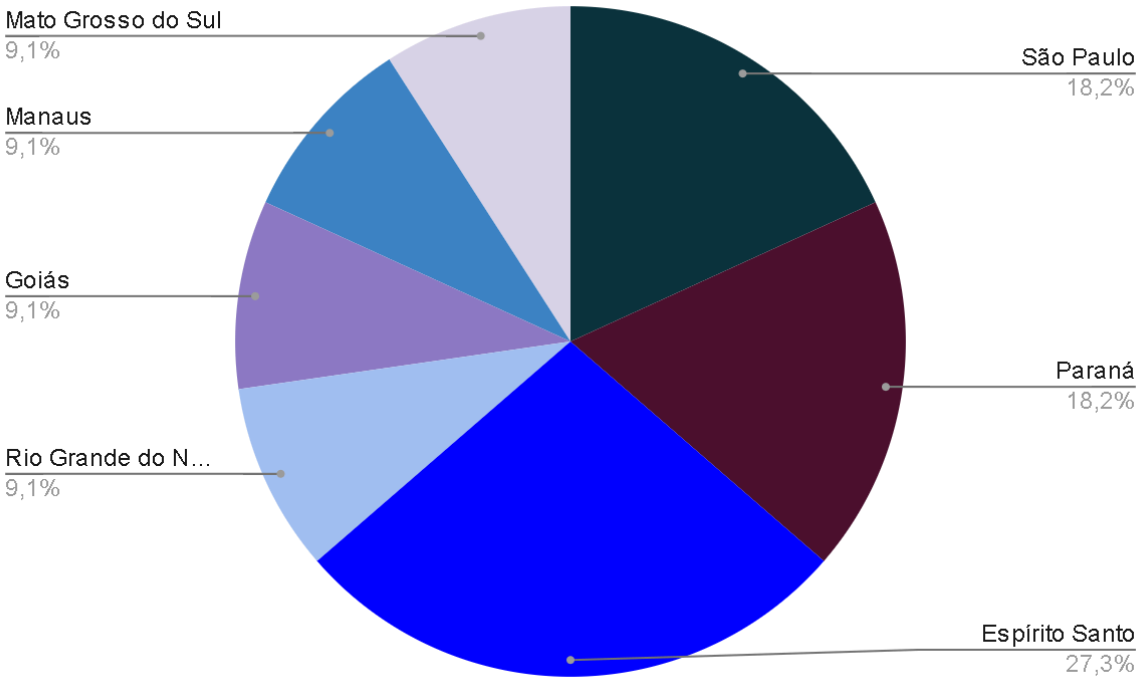


Fonte: Elaborado pela autora

Considerando as informações dispostas no gráfico 2, observa-se que o ano de 2012 foi o marco temporal de pesquisas no contexto da Educação Intencional e Inclusiva. Desta forma, destaca-se também a necessidade de maiores produções acadêmicas no que se refere a esta temática, já que o máximo de pesquisas notáveis foram de 4 artigos anuais.

É importante ressaltar que os anos de 2013, 2016, 2017, 2021 e 2022 não tiveram nenhum estudo publicado referente às temáticas conceituais em questão, e por este motivo, não estão presentes no gráfico 2.

Gráfico 3 - Estudos predominantes por Estados



Fonte: Elaborado pela autora

Através da análise do gráfico 3, fica em evidência que as maiores produções de estudos publicados, considerando-se os cenários educacionais, estão concentradas nas regiões sudeste (Espírito Santo e São Paulo) e região Sul (Paraná), sendo 3 a maior quantidade de produções acadêmicas no que tange às temáticas Educação Inclusiva e Intencionalidade de estudos produzidos, majoritariamente na região do Espírito Santo.

Estes dados permitem a reflexão acerca da importância e necessidade de mais pesquisas acadêmicas, em prol de contribuir para um ensino qualitativo e mais inclusivo. A pesquisa é um instrumento fundamental para a compreensão e resolução de problemas. Com a produção de mais pesquisas considerando a realidade de cada Estado do país, torna-se possível mobilizar a existência de uma práxis educativa fundamentada em promover a diferença na educação.

> Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema [...] (Gil, 2002, p.17).

5.1 Educação Inclusiva

Considerando os dados do **Quadro 1** no que diz respeito a categoria Educação Inclusiva, todos os artigos abordam a temática em questão, porém muitos tratam o assunto considerando uma gama de fatores que contribuem para o seu andamento no contexto escolar.

Nos respectivos artigos de número 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9 e 11 por exemplo, todos estes trazem levantamentos que apontam a educação inclusiva como parte de uma educação para todos, porém a prática educativa que se faz presente nos cenários em sala de aula se contrapõem a este direito assegurado por lei (nº 13.146/2015, Brasil).

Cabe destacar que o artigo de número 4 aborda a Educação Inclusiva através de uma revisão bibliográfica, que ressalta esta educação como uma realidade que necessita de maior atenção. Neste estudo, em particular, discutiu-se sobre a influência dos comportamentos e concepções de professores em relação ao processo de inclusão. É possível compreender, no entanto, como o comportamento dos professores frente às diferenças é um fator que contribui de certa forma para o desenvolvimento pleno do aluno com deficiência em si, bem como para a percepção dos demais alunos em sala de aula, tendo este docente o poder de romper com a estigmatização.

Estes artigos citados afirmam ser crescente o número de matrículas de alunos com deficiências nas escolas de educação básica, e ser imprescindível que a Educação Inclusiva seja urgentemente repensada. De forma geral, estes estudos destacam que os alunos com deficiência intelectual recebem uma educação inadequada, seja pela falta de recursos, falta de profissionais qualificados e descaso do poder público com esta educação. Em concordância, o artigo de número 9 ainda destaca:

> A escola inclusiva é aquela que reconhece que os estudantes percorrem itinerários diferenciados de aprendizagem, mas todos têm o direito de aprender. Cabe às redes de ensino, aos gestores e aos profissionais da educação compreenderem o quanto a formação docente deve ser incluída como política pública, é um investimento do educador para a constituição de práticas pedagógicas inclusivas (Vieira, 2020, p.520).

Inclusive, diante desta recorrente desigualdade, é possível observar que somente o artigo de número 11 aborda a Educação Inclusiva na Educação Infantil em específico, o que significa dizer que o tema da educação inclusiva tampouco é debatido considerando a primeira infância.

O artigo de número 10, por sua vez, trata a Educação Inclusiva considerando a pesquisa e extensão. Neste estudo, trata-se dos benefícios da colaboração entre escola, sociedade e universidade para produção de conhecimentos e saberes que possibilitem repensar questões que abrangem a inclusão escolar dos alunos público-alvo da educação especial.

Por fim, o artigo de número 3 é o único estudo que visa pensar a educação inclusiva considerando a perspectiva de ensino e aprendizagem de alunos com deficiências físicas. Neste estudo em específico, a educação inclusiva é tratada considerando as vivências, dando voz ao próprio aluno com deficiência física visual. Em suma, o artigo traz levantamentos destacando que o próprio aluno se sente desmotivado, e que não há um processo inclusivo de fato.

Ao longo deste estudo de número 3, muitas reflexões sobre as dificuldades que o respectivo aluno com deficiência física visual enfrenta vão sendo abordadas, como por exemplo, a falta de recursos táteis e a sua impossibilidade de usar a máquina de braille, isso pelo fato dos próprios professores indicarem fazer “muito barulho” em sala de aula. É um estudo que permitiu um olhar para as negligências que vão ocorrendo, inclusive sobre a própria inclusão que vem sendo silenciada pelos próprios profissionais da área escolar.

5.1.1 Intencionalidade no Ensino

No que se refere a categoria referente a “Intencionalidade no Ensino”, destacou-se cerca de 9 artigos que abordam a respectiva temática direta ou indiretamente. Tendo a Intencionalidade no ensino como abordagem central desta pesquisa, através da análise dos estudos selecionados, observou-se que a prática educativa do educador é fator determinante para a garantia de uma educação inclusiva.

De acordo com artigo de número 1, cerca de 40% dos professores entrevistados relatam a pouca utilização de estratégias diferenciadas. Considerando este fato, no decorrer do desenvolvimento do estudo, apresenta-se uma revisão bibliográfica de autores que destacam ser importante que o professor atenda às necessidades de cada criança. De acordo com este trabalho de número 1,

> A utilização de estratégias pedagógicas diferenciadas é sem dúvida uma vertente para equiparação de oportunidades, porém para que os professores possam utilizá-las é preciso que reconheçam em todos os seus alunos

> sujeitos capazes de aprender, favorecendo a construção de uma educação de qualidade para todos os envolvidos (Briant; Oliver, 2012, p.149).

O estudo de número 1, bem como os estudos de número 4 e 5 ainda ressaltam que a utilização de práticas pedagógicas diferenciadas podem ser pensadas como recursos capazes de promover a aprendizagem e inclusão de todos, incluindo a possibilidade de desenvolver a utilização de recursos tecnológicos.

O artigo de número 2, por sua vez, aborda a intencionalidade pedagógica pautada na importância do educador desenvolver estratégias diversificadas. Para isso, este estudo ressalta ser importante que o professor esteja atento ao formar grupos de trabalho, devendo estes grupos serem formados com crianças que possuem diferentes níveis de aprendizagem, e assim, possam ajudar uns aos outros. Além de contribuir para maior socialização entre todos os educandos.

Em outra perspectiva, o artigo de número 3 evidencia ser necessário que os professores participem na elaboração de propostas curriculares quando se trata da inclusão de alunos com deficiência. Desta forma, constata-se que os educadores devem proporcionar aulas reflexivas, que façam com que os próprios alunos com necessidades especiais se formem como sujeitos críticos diante da atual sociedade. Em consonância, o artigo de número 6 fala brevemente sobre a importância da reflexão da prática e ensino, e da necessidade do professor agir como um mediador, capaz de promover o desenvolvimento pleno deste aluno.

Para além da temática referente a intencionalidade no ensino, os estudos 9, 10 e 11 apresentam reflexões que reforçam que os alunos só aprendem quando há condições pedagógicas ,e quando são afastados de impossibilidades.

Com a seleção e análise destes artigos, observa-se que todos estes estudos destacam a importância do uso de práticas pedagógicas inovadoras. Porém, de acordo com as falas dos professores apresentados nos respectivos trabalhos, na prática exercida de fato, poucos docentes recorrem ao uso de estratégias diferenciadas para o processo de ensino e aprendizagem em sala de aula, dado este que se apresenta como preocupante haja visto que a adoção de práticas educativas diferenciadas contribuem para melhor aprendizagem dos alunos.

Em suma, grande parte dos artigos apresenta que a falta de estratégias inovadoras decorrem da desmotivação dos professores e até mesmo pela falta de recursos imprescindíveis para favorecer uma educação inclusiva.

5.1.2 Políticas Públicas

Em concordância com a Constituição Federal de 1988, os art. 205 e art. 208 asseguram ser um direito constitucional que todos os sujeitos, sejam eles com necessidades especiais ou não, tenham acesso a uma educação de qualidade, como se pode verificar:

> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).
>
> Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:
> II - Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino: IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade (Brasil, 1988).

Considerando a Constituição de 1988 como marco político inicial que impõe ao Estado o dever de oferecer atendimento educacional especializado, realizou-se a leitura aprofundada de todos os 11 artigos selecionados do **Quadro 1** , e constatou-se que todos estes estudos abordam as políticas públicas considerando diferentes legislações, as quais se fazem presentes atualmente.

Majoritariamente, observou-se que todos estes estudos procuraram evidenciar que muitas políticas públicas para uma educação inclusiva se fazem existentes. Porém, o atual contexto educacional inclusivo no país ainda tem muitos aspectos a serem melhorados para que de fato o direito de acesso à educação de qualidade de todas as crianças, especialmente as que possuem deficiências físicas e intelectuais, sejam contemplados adequadamente.

Ainda, observou-se que todos os artigos abordaram a existência de políticas públicas incluindo os direitos de pessoas com deficiência à educação, bem como sua trajetória histórico-social na sociedade. Os artigos de número 2 e 5, por sua vez, são os únicos estudos que tratam a historicidade e a importância de políticas públicas de forma mais aprofundada.

Logo na introdução dos estudos 2 e 5, além de referenciarem a existência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), os artigos discorrem sobre toda história de segregação que ocorria fortemente com crianças com deficiências até a criação do AEE, em 2008, que oferece atualmente o atendimento especializado a todos alunos com necessidades especiais em escolas especiais, classes especiais e classes comuns.

Este estudo de número 2, bem como o artigo de número 5 e 11 também reforçam que a Política Nacional de Educação Especial propõe que todos os alunos sejam matriculados em classes comuns, e que o atendimento educacional especializado ocorra no turno inverso ao que o aluno está matriculado na classe comum de educação básica.

Em consonância, o artigo de número 5 bem como os estudos de números 7, 8 e 10 também abordam sobre a importância da Declaração de Salamanca, que teve um marco político mundial. Assinada em junho de 1994 na Espanha, a Declaração de Salamanca visa reafirmar formalmente que todos os países passem a adotar como princípio de educação inclusiva o compromisso com a Educação para todos, acolhendo-se todas as crianças nas escolas regulares, a não ser que haja razões enfermas que impeçam este acesso e obriguem a agir de outro modo (Declaração De Salamanca, 1994, p. 2).

O artigo 3, por sua vez, cita brevemente a Constituição de 1988, referenciando que a inclusão educacional reúne importantes valores simbólicos, compatíveis com a igualdade de oportunidades e direitos, no entanto o contexto educacional deverá promover a igualdade e oportunidade de acesso à educação de todos.

O artigo de número 4, não diferente do artigo 3 e também aborda brevemente sobre a Constituição de 1988, porém, trata sobre a importância da LDB (Lei nº 9.394/1996) como políticas nacionais imprescindíveis para a matrícula de estudantes com necessidades especiais em escolas regulares, com assistência do AEE em períodos contrários à este acesso diário em escolas comuns.

Ademais, destaca-se dados estatísticos que este estudo de número 4 traz ao referenciar o Ministério da Educação. De acordo com o artigo de número 4, entre os anos de 2005 a 2009 implementou-se políticas públicas educacionais com o objetivo de fortalecer o direito à educação para os estudantes com deficiências físicas e intelectuais. Para isso, foram criadas cerca de 15.551 salas de recursos multifuncionais em 4.564 municípios brasileiros, em prol de contribuir para melhor oferta do AEE. Um marco significativo para atender aos direitos de todos os cidadãos da educação inclusiva.

No artigo de número 1, logo na introdução, a pesquisa afirma que todas as crianças, incluindo as que possuem necessidades especiais, deverão frequentar escolas regulares, pois é um direito garantido por lei em concordância com a LDB (1996). Porém, ao decorrer deste estudo, trata-se que mesmo sendo um direito garantido por lei, o processo de educação inclusiva em sala de aula ainda tem muito o que melhorar. De acordo com Briant e Oliver (2012) a comunidade escolar (sendo esta composta pelos profissionais, família e sociedade) tem pouca participação para construir de fato uma lógica de ensino e aprendizagem, que

acolha as diferenças que se fazem presentes. Ao analisar o artigo de número 1, o respectivo trabalho é um dos únicos estudos que destaca a importância da participação da família para o desenvolvimento pleno do educando, ademais:

> A participação de crianças com deficiência na escola é um direito (BRASIL, 1996), que para ser acessado depende, entre outros aspectos, da articulação entre profissionais, famílias e sociedade para o cumprimento de diretrizes educacionais, destinação de recursos humanos e materiais e formação de profissionais habilitados para o enfrentamento dos diferentes desafios trazidos pela prática cotidiana do ensino (Briant ; Oliver. 2012, p. 141).

Por fim, o artigo de número 6 aborda o processo de inclusão social no Estado de Goiás, que teve como marco significativo o Programa Estadual de Educação para a Diversidade numa Perspectiva Inclusiva (PEEDI), em 1999. Este programa foi baseado no princípio de educação para todos, tendo como fundamentação para sua implementação: a Sensibilização, Implantação, Expansão e Consolidação, oferecendo apoio sobretudo aos profissionais e aos alunos que fazem parte da educação inclusiva. Porém o estudo ressalta que mesmo com a implementação do PEEDI e outras políticas públicas vigentes, a educação inclusiva bem como sua qualidade de ensino, ainda continua sendo questionada nos dias atuais.

O que se observa é que, todos os artigos do **Quadro 1** abordam sobre imprescindíveis políticas públicas que se fazem vigentes para a garantia dos direitos de pessoas com necessidades especiais à educação. Porém, nota-se que mesmo com a previsão legal e a implementação de algumas políticas públicas, o processo de ensino para atender a educação inclusiva ainda continua sendo questionado e vem sendo um vasto desafio no contexto educacional.

5.1.3 Formação de Professores

No que tange a categoria referente a formação de professores, observou que todos os estudos selecionados no **Quadro 1,** abordam sobre a importância da capacitação destes profissionais para a oferta de uma educação de qualidade.

Entretanto, os artigos de números 1, 6 e 7 , ressaltam a falta de investimentos para a formação de professores, que ainda tem muito a melhorar. De acordo com estes estudos, professores relatam a necessidade de maior apoio político e institucional para a efetivação de

seu trabalho pedagógico e possibilidade de atender a todas as demandas da educação inclusiva.

Os artigos de números 2, 4, 9 e 10, apresentam reflexões de revisões bibliográficas que dissertam sobre a importância da formação de professores para atender a todas as especificidades da educação inclusiva, de forma adequada. Também, aborda-se nestes estudos a importância da reflexão contínua por parte dos professores acerca da prática educativa que é adotada em sala de aula.

Em consonância, o relato do estudo de número 3, acrescenta ser necessário haver maior capacitação dos profissionais nas sala de recursos ou até mesmo em HTPC, evidenciando que a capacitação de todos os agentes que compõem a unidade escolar é de extrema importância para a garantia da educação inclusiva e reflexão contínua acerca das práticas pedagógicas que são adotada nas salas de aulas regulares.

De forma geral, o que se percebe ao considerar a categoria referente a formação de professores é que todos os estudos relatam a necessidade e a importância da capacitação dos docentes para a mobilização de uma práxis pedagógica emancipadora. Devendo esta ser capaz de atender amplamente a todas as especificidades e necessidades de alunos com deficiências físicas e/ou intelectuais.

5.1.4 Motivação dos professores

Considerando a importância do educador no processo de ensino inclusivo e educativo, a motivação deste profissional ao adotar práticas inclusivas se torna um fator determinante para a aprendizagem de todos em sala de aula.

> Cada professor deveria preocupar-se em descobrir quem é o seu aluno. As ferramentas conhecidas, como a observação, continuam sendo nosso ponto de apoio. O auxílio especializado deve ser um complemento e não a base. Partindo dessa concepção, a inclusão exige que o educador amplie as competências que já possui: observa, investiga, planeja de acordo com o aluno que possui, avalia continuamente seu trabalho, redimensiona o seu planejamento (Baptista, 2001, p.37).

Freitas (2008) afirma em seus estudos que a inclusão escolar de todos os alunos em sala de aula, demanda um esforço de todos os agentes que fazem parte deste cenário escolar, no sentido de combater a segregação que vem ocorrendo gradativamente. A autora ainda ressalta ser necessário que o professor reconheça a diversidade presente em sala de aula, em

prol de garantir a aprendizagem de todos os educandos, seja adequando atividades e considerando os diferentes ritmos de aprendizagem a que se fazem presentes.

> O professor da escola inclusiva deve avançar em direção à diversidade, deixar de ser mero executor de currículos e programas predeterminados para se transformar em responsável pela escolha de atividades, conteúdos ou experiências mais adequadas ao desenvolvimento das capacidades fundamentais dos seus alunos, tendo em conta as suas necessidades (Freitas, 2008, p.25).

Entretanto, muitos estudos selecionados apontam o contrário. Indicam que muitos professores se sentem inseguros, e até mesmo despreparados para lidar com a inclusão que vem sendo cada vez mais crescente nas escolas de educação básica.

De todos os artigos selecionados no **Quadro 1**, considerando a temática "Motivação dos professores", 7 estudos abordam diretamente sobre como os professores se sentem de fato, diante do processo de inclusão escolar.

Nestes 7 estudos, os professores que foram entrevistados ou colaboraram para a pesquisa de alguma forma, apontaram que a inclusão vem sendo um trabalho difícil em sala de aula. Muitos docentes apontaram se sentir desamparados e até mesmo inseguros ao trabalhar com esta diversidade, sejam estes alunos com deficiências físicas ou intelectuais.

Nos artigos de número 7 e 11 em específico, se torna imprescindível destacar que os professores entrevistados nos respectivos estudos discorrem ter conhecimento sobre a importância e necessidade da inclusão, porém, ressaltam não terem competência suficiente para uma atuação pedagógica adequada. Desta forma, muitas reflexões vêm à tona.

Embora esteja assegurado por lei os direitos de pessoas com deficiência, muitos desafios se fazem presentes, bem como a falta de conhecimento de muitas pessoas referente a estas políticas públicas e falta de recursos e acessibilidade para os atendimentos a estas crianças. Brostolin e Souza (2023) evidenciam que para que a educação inclusiva seja efetiva, torna-se necessário reconhecer e compreender a concepção da criança com deficiência, de estar junto para aprender, respeitando e acolhendo diferentes ritmos de aprendizagens e as diferenças destes sujeitos.

> A escola, como espaço primeiro da manifestação da diversidade, necessita repensar e porque não dizer, considerar a escolarização como princípio inclusivo, precisa assumir o ato de inserir, assegurar e garantir sua ativa participação em todas as atividades de ensino e de aprendizagem, evidenciando o contexto sala de aula. Muito se fala em inclusão, o discurso muitas vezes se torna vazio nos documentos, presos ao tempo, conceitos e preconceitos (Brostolin; Souza, 2023, p. 57).

O artigo de número 1, por sua vez, ainda aponta levantamentos que destacam que os professores se sentem desamparados em relação ao trabalho com a diversidade. Entretanto, o estudo destaca ser fundamental que os educadores encontrem uma rede de apoio na escola, podendo ser esta rede de apoio a gestão da escola, ou até mesmo um profissional com mais anos de experiência, que possa motivar e compartilhar experiências considerando o trabalho pedagógico considerando a diversidade.

Já os artigos de número 2, 3, 4 e 5 evidenciam levantamentos que destacam que estes profissionais se sentem inseguros ao lidar com as especificidades da educação inclusiva. No artigo de número 2, muitos professores ainda destacaram na entrevista que suas práticas educativas poderiam ser superiores, porém, considerando o presente cenário, a falta de assistência e a existência de salas superlotadas, muitos não se sentem preparados e motivados para promover uma educação inclusiva, de fato.

5.1.5 Percepção da criança com deficiência

No que se refere à categoria "Percepção da criança com deficiência", de todos os artigos selecionado no **Quadro 1**, somente o estudo de número 3 refere-se a "Análise do processo inclusivo em uma escola em Bauru: A voz de um aluno com deficiência visual", aborda diretamente sobre as concepções e vivências que um determinado aluno da escola Estadual, relata acerca da educação em seu município.

Matriculado na sala de aula regular, ao decorrer da entrevista o aluno faz muitos depoimentos reflexivos, que deixam em evidência a falta de competência dos professores ao adotarem práticas que contribuam para a existência inclusiva. Em seu depoimento, o aluno com deficiência física visual ainda destaca que seus professores da sala de aula regular não o permitia utilizar a máquina de braille. Desta forma, destaca-se a necessidade de articulação entre professores regulares e professores especialistas do AEE.

O estudo de número 3 conclui seus levantamentos enfatizando a urgência de capacitação de professores da educação básica para trabalharem com alunos com deficiências físicas visando contemplar a educação inclusiva para todos os alunos, sem distinção. Com a capacitação profissional, estes professores poderão repensar suas práticas pedagógicas e compreender a importância da educação inclusiva para a democratização da educação.

Ademais, o fato de somente o estudo 3 apresentar relatos de alunos que evidenciam como a educação inclusiva ocorre na realidade da rede pública de ensino, é um dado

preocupante. Isso porque, para promover melhor qualidade de ensino para pessoas com deficiências sejam estas físicas ou intelectuais, é preciso criar oportunidades para que estes indivíduos expressem suas necessidades e preferências para uma educação inclusiva e de qualidade.

5.2 Discussão

Após a seleção e aprofundamento da leitura dos 11 artigos selecionados e dispostos no quadro 1, fica em evidência que muitas problemáticas se fazem presentes ao considerar o trabalho pedagógico e as possibilidades para a garantia de uma educação inclusiva, como a escassez de recursos pedagógicos para a inclusão de alunos com deficiências no processo educativo, a necessidade de maior oferecimento de cursos de formação inicial e continuada que sejam condizentes com as novas demandas dos professores, considerando a presença de salas heterogêneas nas últimas décadas, bem como o carecimento de políticas e planos de ações que de fato exerçam o que está previsto na legislação para a educação inclusiva. Aspectos estes que precisam ser revistos e mobilizados pelo Estado, diante a busca de uma educação para todos.

Inicialmente, ao considerar os tópicos temáticos centrais no que se refere a **Educação Inclusiva e Intencionalidade no Ensino**, o que observa-se diante das colocações expostas, é que todos estes estudos trazem levantamentos que apontam a educação inclusiva como parte de uma educação para todos, porém a prática educativa que se faz presente nos cenários escolares, se contrapõem a este direito.

Consideradas as análises das revisões bibliográficas que tratam as respectivas temáticas centrais, observa-se que o sistema educacional brasileiro ainda é falho perante a educação inclusiva, seja pela falta de recursos necessários para o docente atender adequadamente a este público alvo com necessidades especiais, seja pela falta de ações concretas de políticas públicas .

No que tange a categoria **Políticas Públicas**, observa-se que nas últimas décadas muitos avanços no que se refere a promulgação de asseguração aos direitos de pessoas com deficiências e necessidades especiais, foram decretadas. Entretanto, mesmo com a existência de políticas públicas como a Carta Constitucional (1988) que garante a educação como um direito de todos, dever do Estado e da Família, bem como a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (1996), observa-se que na prática educacional propriamente dita, há a escassez de recursos e apoio aos profissionais que atendem a um

público que necessita de maior suporte, o que leva a muitas reflexões sobre o descaso e a falta de aportes necessários à frente educação que está sendo oferecida no país. Aspecto este que consequentemente afeta diretamente a **Motivação dos Profissionais,** pois, embora haja uma asseguração por lei dos direitos de pessoas com deficiência, muitos desafios se fazem presentes para que os professores se sintam menos inseguros ao exercer sua prática educativa.

No que diz respeito à **Formação de professores**, conclui-se através das análises teóricas que a capacitação profissional é imprescindível para melhor desempenho e reflexão contínua de sua prática pedagógica propriamente dita.

Por fim, no que tange a categoria **Percepção da criança com deficiência,** observou-se que apenas o estudo de número 3: "Análise do processo inclusivo em uma escola em Bauru: A voz de um aluno com deficiência visual", aborda diretamente sobre as concepções e vivências de um determinado aluno da educação básica de ensino fundamental. Neste trabalho, compreendeu-se de forma crítica e reflexiva o descaso com a educação inclusiva, especialmente com alunos que têm deficiências físicas, bem como a falta de mobilização para combater os desafios que se faziam presentes.

Silva e Coutinho (2019) evidenciam em seus estudos que, mesmo que o acesso à educação seja um direito assegurado por lei, muitas ações ainda são necessárias para garantir a aprendizagem contínua e qualitativa de todos os alunos, em especial os que possuem necessidades físicas ou intelectuais. Em suma, o que percebe-se é que a educação inclusiva ainda encontra-se em processo de construção. Mesmo com a promulgação de legislações que assegurem o acesso à educação e a ideia de educação para todos, inúmeras dificuldades ainda são presentes, como a falta de acessibilidade nos espaços escolares e de planos de ações concretos, que devem ser fornecidos pelos órgãos públicos. Em concordância,

> [...] É possível indicar a necessidade e urgência de criar e dar continuidade a iniciativas para construir processos de educação inclusiva, que considerem desde a garantia de matrículas até a qualidade do ensino e da participação desses estudantes. Ao mesmo tempo, esses processos devem considerar o cenário concreto das escolas, bem como a necessidade de transformar os princípios e diretrizes gerais da política municipal em condições objetivas para favorecimento dos processos de inclusão escolar. (Briant, Oliver , 2012, p.151)

Todos estes estudos foram fundamentais para compreender, através de uma análise aprofundada, os devaneios da educação básica frente às diferenças. Por fim, a conclusão que se chega após a reflexão e análise de toda estas revisões bibliográficas, é a necessidade de

maior mobilização sobre a importância do processo de ensino e aprendizagem com intencionalidade para uma educação inclusiva.

Intencionalidade esta que, através de uma prática pedagógica que adote estratégias inovadoras para a aprendizagem de todos em sala de aula, também seja capaz de acolher todos os alunos, possibilitando maior pertencimento de todos os alunos no ambiente escolar, considerando suas necessidades e diferenças.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões e levantamentos expostos no decorrer desta pesquisa se pautaram em analisar como a prática pedagógica intencional contribui para a aprendizagem de todos estudantes da educação básica, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em prol de uma educação emancipatória e inclusiva.

Considerando os objetivos centrais desta pesquisa que se pautaram na investigação e análise do ensino intencional como possibilidade de educação para todos, observou-se que, dentre tantas possibilidades, este trabalho pedagógico é capaz de convidar a todos os alunos para o processo de ensino e aprendizagem, devendo o docente recorrer aos recursos necessários para a execução de um trabalho qualitativo.

Através das referências bibliográficas analisadas nesta pesquisa, destaca-se por exemplo o uso de jogos e brincadeiras para promover a aprendizagem através de um processo lúdico, e com as devidas adaptações, é possível tornar a educação significativa para todos os educandos, em especial os que possuem necessidades especiais.

Durante o trabalho pedagógico muitas variáveis se fazem presentes, bem como a diversidade de alunos com deficiências física, intelectual, visual ou até mesmo auditiva. É preciso que o docente em sala de aula, juntamente com o apoio da equipe do AEE e gestão escolar, tenham conscientização diante a realização das atividades e vivências a serem desenvolvidas para as crianças, em prol de uma educação que de fato seja inclusiva.

Em contrapartida, mesmo com as possibilidades expostas para a existência de uma educação para todos, observa-se que na realidade há uma vasta evasão escolar no que se refere a disponibilização de recursos e adaptações necessárias para atender adequadamente a todas as crianças da rede pública, o que dificulta mais ainda o que tange a luta pela educação de qualidade e inclusiva.

Notoriamente, cabe a mobilização e exigência de maiores ações de esferas sociais, principalmente às de cunho político, pois, como destaca a Carta Constitucional de 1988, é dever do Estado promover ações que garantam a participação e acesso à educação.

Por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (1977) como método de análise, observou-se que as pesquisas selecionadas no que tange a temática Ensino Intencional e Educação Inclusiva, evidenciam a existência de uma vasta evasão escolar, mesmo com a promulgação de tantas políticas públicas que por lei, deveriam ao menos assegurar todos os direitos que estão descritos nos decretos, respectivamente.

Para uma educação que seja de fato inclusiva, não basta apenas a inserção de uma minoria em sala de aula, é imprescindível que o professor esteja amplamente amparado para exercer sua prática docente da melhor forma possível. Em consequência, diante deste fato, grande parte dos artigos selecionados apresentaram que a falta de estratégias inovadoras decorrem justamente da desmotivação dos professores e falta de recursos essenciais para favorecer uma educação inclusiva.

Em conclusão, é imprescindível que profissionais da área da pedagogia compreendam as atuais políticas voltadas para a infância e como a educação básica está sendo legislada no Brasil, no que concerne a valorização e garantia dos direitos das crianças à infância e vivências escolares. Cabe às esferas sociais, principalmente no que tange o papel do Estado, proporcionar recursos e assistências necessárias para a mobilização de uma educação que assegure a aprendizagem de todos, contemplando a priori a diversidade está fortemente presente nas últimas décadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L. DE. *et al.*. Formação continuada na perspectiva inclusiva pela via da pesquisa e extensão: as funções mediadoras da relação teoria e prática na constituição de grupos de estudo-reflexão. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 104, p. e 5699, 2023.

BAPTISTA, C. R. Inclusão ou exclusão? *In*: VEIGA-NETO, A.; SCHMIDT, S. (org.). **A educação em tempos de globalização**. Rio de Janeiro**:** DP&A, p. 31-40. 2001.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. 3ª. **Lisboa: Edições**, v. 70, 2004.

BARROS, J. **Inclusão, educação, justiça** [...]. *In*: PENSADOR. Portugal: 7Graus, [2005 e 2024]. Disponível em: https://www.pensador.com/frase/MjIzMjI3NQ/. Acesso em: 10 set. 2024.

BEAUCHAMP, J. Educação especial: relato de experiência. *In*: PALHARES, M. S.; MARINS, S. C. (org.). **Escola inclusiva**. São Carlos: EdFFSCar, p. 99-104. 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988. Inclui as emendas constitucionais até 2016.

BRASIL. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: SEESP, 2001b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. [Estatuto da Pessoa com Deficiência]. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** . Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRIANT, M. E. P.; OLIVER, F. C.. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 18, n. 1, p. 141–154, jan. 2012.

BROSTOLIN, M. R.; SOUZA, T. M. F. DE . A docência na Educação Infantil: Pontos e contrapontos de uma educação inclusiva . **Cadernos CEDES**, v. 43, n. 119, p. 52–62, jan. 2023.

BUENO, E. **Jogos e Brincadeiras na educação infantil**: ensinando de forma lúdica**.** Londrina, PR: [*s.n*], 2010.

CANDAU, V. M. F.. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 715–726, jul. 2012.

CASTRO, R. M..; REIS, K. C. O. .A escola e o ensino fundamental I, frente às dificuldades de aprendizagem: Aspectos para uma pauta de discussões sobre a (des)medicalização da educação e o êxito do(a)s escolares. **Revista Ibero-americana de estudos em educação**, v. 15, n.esp 5 , p. 2950-2966. 2020.

DUEK, V. P.. Formação continuada: análise dos recursos e estratégias de ensino para a educação inclusiva sob a ótica docente. **Educação em Revista**, v. 30, n. 2, p. 17–42, abr. 2014.

FEUERSTEIN, Reuven *et al.* **Além da inteligência: aprendizagem mediada e a capacidade de mudança do cérebro**. Petrópolis, RJ: vozes, 2014.

FLICK, U. **Método de Pesquisa: Introdução a Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed. 2009.

FRANCO, M. A. R. Prática pedagógica e docência: Um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Rev. bras. Estud. pedagog**, Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do compromisso:** América latina e educação popular. Organização de Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREITAS, A. L. S. **Pedagogia da conscientização:** um legado de Paulo Freire à formação de professores. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2004.

FREITAS, S. N. **Sob a ótica da diversidade e da inclusão:** discutindo a prática educativa com alunos com necessidades educacionais especiais e a formação docente. *In*: FREITAS, S. N. (org.). Tendências contemporâneas de inclusão. Santa Maria: UFSM, p.19-30. 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GREGUOL, M.; MALAGODI, B. M.; CARRARO, A. Inclusão de Alunos com Deficiência nas Aulas de Educação Física: Atitudes de Professores nas Escolas Regulares 1. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 1, p. 33–44, jan. 2018.

IMBERT, F. **Para uma práxis pedagógica**. Brasília: Plano, 2003.

IRIE SAITO, H. T.; OLIVEIRA, M. R. F. DE. Trabalho docente na educação infantil: Olhares reflexivos para a ação intencional e planejada do ensino. **Imagens da educação**, v. 8, n. 1, 13 mar. 2018.

LIPPE, E. O.; ALVES, F. DE S.; CAMARGO, E. P. DE Análise do processo inclusivo em uma escola em Bauru: A voz de um aluno com deficiência visual. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 81–94, maio 2012.

MACENA, J. DE O.; JUSTINO, L. R. P.; CAPELLINI, V. L. M. F.. O Plano Nacional de Educação 2014–2024 e os desafios para a Educação Especial na perspectiva de uma Cultura Inclusiva. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 26, n. 101, p. 1283–1302, out. 2018.

PEREIRA, L. DE L. S. *et al.*. Trajetória da formação de professores de ciências para educação inclusiva em Goiás, Brasil, sob a ótica de participantes de uma rede colaborativa. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 21, n. 2, p. 473–491, abr. 2015.

QUEIROZ, J. G. B. DE A.GUERREIRO, E. M. B. R. Política Educacional e Pedagógica da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Rede de Ensino Público de Manaus. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 2, p. 233–248, abr. 2019.

ROSA, S. S. DA .; BORGES, J. DE M.. "Um estranho no ninho: Tensões e contradições da educação inclusiva confrontadas pela presença de estudantes com TEA em salas de aula comuns" . **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 30, p. e 0072, 2024.

SCAFF, E. A. D. S .; PINTO, I. R. D. R.. O Supremo Tribunal Federal e a garantia do direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 65, p. 431–454, abr. 2016.

SILVA, J. F. B. da; COUTINHO, D. J. G. Desafios para inclusão da pessoa com deficiência no processo ensino-aprendizagem: Uma revisão sistemática. **Brazilian Journal of Development**, *[S. l.]*, v. 5, n. 11, p. 27066–27080, 2019.

SILVEIRA, K. A.; ENUMO, S. R. F.; ROSA, E. M.. Concepções de professores sobre inclusão escolar e interações em ambiente inclusivo: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 18, n. 4, p. 695–708, out. 2012.

TOLEDO, E. H. DE .; VITALIANO, C. R.. Formação de professores por meio de pesquisa colaborativa com vistas à inclusão de alunos com deficiência intelectual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 18, n. 2, p. 319–336, abr. 2012.

UNESCO (1994). **Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Acção**: Necessidades Educativas Especiais. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca. UNESCO, (1994).

VIEIRA, A. B. *et al.*. As contribuições de Meirieu para a formação continuada de professores e a adoção de práticas pedagógicas inclusivas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 101, n. 258, p. 503–522, mai. 2020.